

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 1: Reflexões

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Natalia de Souza Duarte
Silvia Cristina Yannoulas

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 1: Reflexões

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
Editora Universidade de Brasília, 2020.
2 v.

Formato PDF.

v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.

ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)

ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

7

**O Curso de
Aperfeiçoamento
Educação, Pobreza e
Desigualdade Social na
Universidade de Brasília –
IEPDS UnB (2017/2018)**

Alexandre Pilati

**O CURSO
EPDS NO DF:
CONQUISTAS
E DESAFIOS**


15

*Leila D'Arc Sousa
Natalia de Souza Duarte*

40

**PERFIL DOS/AS
CURSISTAS
EPDS COMPARADO:
EPDS/UFSC E EPDS/UNB**

*Adir Valdemar Garcia
Adriano Vinício da Silva do Carmo
Rafael Monteiro da Silva*



**CONDICIONALIDADES
DOS PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA
E COMPREENSÕES DOS
CURSISTAS EPDS NO DF**

85

Rosa Helena Stein

151 **O DIREITO HUMANO
À ALIMENTAÇÃO
ADEQUADA E A
ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR NO
DISTRITO FEDERAL**

Camila Potyara Pereira

**A LITERATURA
CIENTÍFICA SOBRE
EDUCAÇÃO, POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL –
DUAS DÉCADAS DE
PRODUÇÃO ACADÊMICA
BRASILEIRA SOBRE EPDS**

180

*Silvia Cristina Yannoulas
Gabriela Fogaça Alves Pinheiro*

232 **SOBRE OS AUTORES**





PERFIL DOS/AS CURSISTAS EPDS COMPARADO: EPDS/UFSC E EPDS/UNB

Adir Valdemar Garcia

Adriano Vinício da Silva do Carmo

Rafael Monteiro da Silva

Resumo

O capítulo apresenta, de modo comparado, os perfis dos/as cursistas que se matricularam no Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2015, e no Curso de Aperfeiçoamento na mesma área, ofertado pela UnB em 2018¹. Os dados foram coletados a partir de um mesmo questionário que foi aplicado nos dois cursos. A resposta ao questionário foi opcional, com a garantia do sigilo pessoal. A tabulação do questionário, em cada caso, gerou um documento com o perfil dos/as cursistas. Portanto, trata-se de

¹ Os cursos tiveram financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

análise documental. Percebemos grande similaridade em praticamente todos os itens, com diferenças mais substanciais nos dados relativos à cor, renda, vínculo de trabalho e condições de trabalho. Chamou a atenção o fato de, a partir de simulações utilizando a renda familiar declarada e as linhas de pobreza, termos, nos dois casos, cursistas considerados/as pobres. Entendemos que esse tipo de estudo é fundamental para que conheçamos a realidade daqueles/as que participam de cursos de formação visto que esse conhecimento pode auxiliar no planejamento de novas ações, bem como descortinar situações que possam subsidiar as lutas necessárias para a garantia de melhores condições dentro da ordem vigente e, quiçá, para realçar a necessidade de construção de outra ordem social radicalmente oposta a essa que possa, efetivamente, levar à emancipação humana.

Palavras-chave: Perfil dos/as cursistas; Educação; Pobreza, Desigualdade Social.

Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil dos/as cursistas que participaram da formação continuada na temática “educação, pobreza e desigualdade social”, ofertada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na forma de curso de especialização, e pela Universidade de Brasília (UnB), na forma de curso de aperfeiçoamento. Trata-se de formação proposta a partir da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social (IEPDS) promovida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC.

O texto está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos uma caracterização da formação, partindo de uma descrição da IEPDS, especificando, na sequência, informações sobre os cursos desenvolvidos nas duas Universidades.

Posteriormente, expomos os dados coletados a partir do questionário aplicado junto aos/as cursistas e as análises decorrentes, bem como tecemos algumas considerações.

Contextualização da formação

Para contextualizar os cursos de formação em tela é necessário, inicialmente, tecer algumas considerações a respeito da IEPDS, criada em 2014 pela SECADI/MEC. Esta Iniciativa nasceu da constatação de que a pobreza, no Brasil, persiste e atinge milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos, mesmo que alguns avanços tenham sido conquistados nas últimas décadas. Um dos grandes avanços considerados foi o fato de que crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, antes fora da escola, passaram a frequentá-la. No entanto, é reconhecido, no âmbito da IEPDS, que a pobreza a que está submetida essa parcela da população não deixa de existir simplesmente pelo seu ingresso na escola, ao contrário, é verificado que os efeitos desse fenômeno social acabam por se manifestar, de modo contundente, no espaço escolar. Daí decorreu a necessidade de refletir sobre a relação educação/pobreza/desigualdade social.

A IEPDS assumiu como seu objetivo principal “promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas” (BRASIL, 2014, p. 10). Neste sentido, um dos seus principais desafios é “confrontar essas vivências com as visões predominantes nas políticas educacionais, na gestão da educação e no contexto escolar da educação básica [...]” (BRASIL, 2014, p. 10).

Para atingir o objetivo traçado, a IEPDS foi organizada em torno de três dimensões: a) Formação continuada; b) Apoio à pesquisa acadêmica em educação, pobreza e desigualdade social; c) Apoio à difusão do conhecimento produzido a partir das duas dimensões anteriores.

Para dar consecução a essas dimensões, a SECADI/MEC propôs o Programa Nacional Educação, Pobreza e Desigualdade Social (PNEPDS).

O PNEPDS foi assumido, a partir de 2014, por 15 Universidades Federais: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de UFMS, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Ceará (UFCE) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Concomitantemente, a partir do projeto de extensão denominado “Desenvolvimento de materiais digitais para curso de formação continuada a distância, em nível de especialização e aperfeiçoamento universitário, no âmbito do Programa Bolsa Família na Educação”, a UFSC se responsabilizou pela produção dos módulos a serem utilizados na formação, contando com financiamento da SECADI/MEC. Ao final, foram desenvolvidos cinco módulos, a saber: Módulo Introdutório: Pobreza, desigualdades e educação, de autoria do Dr. Miguel González Arroyo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Módulo I: Pobreza e Cidadania, de autoria do Prof. Dr. Alessandro Pinzani, da UFSC e da Prof^a. Dr^a. Walquíria Leão Rego, da Universidade de Campinas (UNICAMP); Módulo II: Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação, de autoria do Prof. Dr. Erasto Fortes Mendonça, da UnB; Módulo III: Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza, de autoria da Prof^a. Dra. Lucia Helena Alvarez Leite, da UFMG; e Módulo IV: Pobreza e Currículo: uma complexa articulação, também de autoria do Prof. Dr. Miguel González Arroyo².

² Todos os módulos podem ser acessados pelo endereço <<http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>>. O Projeto Político-Pedagógico do curso de especialização, que também norteou o curso de aperfeiçoamento, pode ser encontrado em <<http://epds.nute.ufsc.br/>>.

O curso de especialização se destinou a profissionais da Educação Básica e/ou outros/as envolvidos/as com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza: Professores/as; Gestores/as Escolares, Coordenadores/as Pedagógicos/as, Secretários/as; Servidores/as Técnico-administrativos/as das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, incluindo dentre esses últimos, Coordenadores/as Estaduais e Municipais de programas sociais que atuam direta ou indiretamente na Educação Básica. A definição do público alvo em cada uma das IFES se deu a partir desse parâmetro.

Em 2017, o Programa foi reeditado, diferenciando-se no que tange à dimensão “formação” que, em vez de um curso de especialização, se deu por meio de um curso de aperfeiçoamento. Esta reedição foi assumida pelas seguintes instituições: Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Em 2018, ocorreu mais uma edição no formato de 2017, tendo como participantes as seguintes IFES: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Considerando que a carga horária dos cursos de aperfeiçoamento é menor do que a exigida em cursos de especialização, as IFES que ofertaram a formação na segunda e terceira edições escolheram para trabalhar, dentre os cinco módulos apresentados anteriormente, três.

Feitas essas breves considerações a respeito da IEPDS, passamos a apresentar algumas informações sobre o PNEPDS desenvolvido na UFSC e na UnB para, posteriormente, apresentar o perfil comparado dos/as cursistas dessas duas instituições.

O PNEPDS na UFSC

O PNEPDS foi desenvolvido na UFSC no período de maio de 2014 a dezembro de 2017. O cronograma das atividades sofreu várias alterações, principalmente em função do atraso no pagamento das bolsas do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). A prorrogação do prazo relativa ao ano de 2017 se deveu à necessidade de execução do orçamento, visto que algumas atividades administrativas e as relativas à divulgação do conhecimento produzido só poderiam ser feitas após a conclusão da parte pedagógica do curso, bem como da finalização da pesquisa, o que ocorreu em dezembro de 2016.

Em relação ao curso de especialização, de início, foram abertas 400 vagas distribuídas por 08 polos (Blumenau, Florianópolis, Chapecó, Tubarão, Campos Novos, São Miguel do Oeste, Ponte Serrada e Lages), sendo destinadas 50 vagas para cada um. As inscrições para o curso foram abertas para profissionais que atuavam nas Coordenações Estaduais e Municipais do Programa Bolsa Família (PBF) na Educação e para outros profissionais da educação envolvidos com o registro da frequência escolar em função da condicionalidade. Posteriormente, dada a baixa procura inicial por parte desses, foi lançado novo edital de inscrição abrindo possibilidade de adesão para outros profissionais. Ao final, o público-alvo ficou assim definido: a) Coordenador/a Estadual do PBF na Educação; Operadores/as Estaduais Auxiliares do PBF na Educação, vinculados às Gerências Regionais de Educação; Coordenadores/as Municipais do PBF na Educação; Gestores/as (Diretores/as) Escolares de escolas que contavam com estudantes beneficiários do PBF matriculados; Agentes Educacionais

(operadores/as escolares do Sistema Presença, designados pelo/a Diretor/a da escola) de escolas que contavam com estudantes beneficiários do PBF matriculados; Professores/as que atuavam em escolas das redes públicas de Santa Catarina que contavam com estudantes beneficiários do PBF matriculados; e Coordenadores/as Estaduais e Municipais do PBF na Assistência Social. Após a alteração do público-alvo definido inicialmente, se inscreveram 590 candidatos/as, sendo que desses/as, 499 estavam aptos/as a se matricular.

Dado o número de candidatos/as aptos/as, foram aceitas 499 matrículas. A diferença de inscritos/as por polo fez com que o número de vagas destinado para cada um fosse alterado. Sendo assim, tivemos: 99 matriculados/as no polo de Blumenau; 109 no polo de Florianópolis; 66 no polo de Chapecó; 67 no polo de Tubarão; 33 no polo de Campos Novos; 19 no polo de São Miguel do Oeste; 44 no polo de Ponte Serrada e 62 no polo de Lages.

O curso de especialização, em si, iniciou-se em 06 de julho de 2015, data da aula inaugural. Antes desse evento, o questionário do “Perfil dos/as Cursistas” foi postado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA), tendo sido solicitado que todos/as respondessem, de forma espontânea, antes da aula inaugural. Os/as cursistas foram informados/as que, ao responder, aceitariam a publicação dos resultados com a garantia do sigilo pessoal. Do total de 499 matriculados/as, 434 responderam. No decorrer do curso, vários/as cursistas foram desistindo, sendo que, ao final, 166 dos 499 se formaram.

O PNEPDS na UnB

O PNEPDS foi desenvolvido na UnB no período de outubro de 2017 a dezembro de 2018. Da mesma forma que na UFSC, o Programa tinha por meta desenvolver um curso de formação, que neste caso deveria ser no nível de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, uma pesquisa na mesma área, bem como procurar divulgar o conhecimento produzido no processo.

O primeiro edital para a inscrição no curso foi aberto em 13 de outubro de 2017, com 300 vagas a serem distribuídas por seis polos (Asa Norte (campus Darcy Ribeiro); Ceilândia; Gama; Estrutural; Itapoã; Planaltina) com duas turmas de 25 cursistas cada. A formação mínima exigida para a inscrição foi o Ensino Médio completo. As inscrições para o curso foram abertas para os/as seguintes profissionais: Coordenador/a e os/as auxiliares do Programa Bolsa Família na Educação, atuantes no Distrito Federal; Operadores/as Escolares do Sistema Presença (Agentes Educacionais) de escolas do Distrito Federal que já informam a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família; Gestores/as (Diretores/as) escolares de escolas do Distrito Federal que já informam a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família; Professores/as que atuam em escolas da rede pública do Distrito Federal que já informam a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família; Coordenadores/as de Saúde e de Assistência Social vinculados/as ao Programa Bolsa Família, atuantes no Distrito Federal; Professores/as que atuavam em escolas da rede pública do Distrito Federal; Pessoal técnico das Secretarias de Educação, Assistência Social e da Saúde, considerando a intersectorialidade entre essas áreas no acompanhamento dos usuários do PBF; Profissionais que atuavam na Educação Básica e pesquisadores (vinculados a instituições públicas e privadas e movimentos sociais) que apresentassem interesse pela temática. Tendo em vista o número de inscritos/as, o edital foi reaberto por mais três vezes, sendo que as inscrições foram encerradas em 25 de fevereiro de 2018.

O curso, inicialmente, foi proposto para atender apenas ao DF. No entanto, considerando a RIDE/DF³, foram aceitas inscrições de municípios que a

³ Na realização do curso EPDS no Distrito Federal a equipe gestora decidiu por aceitar estudantes que morassem fora do Distrito Federal (DF), desde que fizessem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), que foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto nº 3.445, de 04 de maio de 2000 (http://www.mi.gov.br/regioes_integradas_df_rides). Com essa ação, a equipe pretendia a integração de profissionais

compõem. Isso possibilitou que 13 cursistas que residiam em municípios de Goiás se inscrevessem. Cabe ressaltar que desse/as 13 cursistas, 5 trabalhavam no DF. O curso teve 452 matriculados/as. Desses/as, 15 solicitaram, formalmente, desligamento e foram retirados da plataforma e 59 desistiram. Os/as considerados/as desistentes nunca acessaram a plataforma ou acessaram, mas não realizaram nenhuma das atividades. Do total de 378 participantes efetivos/as, 102 foram reprovados/as e 276 concluíram o curso.

O início efetivo do curso de aperfeiçoamento ocorreu em 17 de fevereiro de 2018 com a aula inaugural. Antes desse evento, o questionário do “Perfil dos Cursistas” foi postado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA), tendo sido solicitado que todos/as respondessem, de forma espontânea. Os/as cursistas foram informados/as que, ao responder, aceitavam a publicação dos resultados com a garantia do sigilo pessoal. Do total de matriculados/as, 373 responderam.

Dadas as peculiaridades da RIDE/DF no que tange à composição geográfica, foi possível organizar as atividades pedagógicas utilizando um número maior de encontros presenciais. Nesse sentido, além da aula inaugural e da defesa dos Projetos de Intervenção (considerado o Trabalho de Conclusão do Curso), foram propiciados mais três encontros, realizados em sábados, que contaram com palestras de professores convidados que trabalharam temas afetos aos módulos ministrados⁴. Essa dinâmica se mostrou muito proveitosa dado que a ampla maioria dos/as cursistas esteve presente nesses encontros. O curso encerrou-se em 4 de agosto de 2018 com a apresentação dos Planos de Intervenção.

que se encontram relacionados/as ao Distrito Federal, seja em termos profissionais ou de formação, uma vez que muitos desses/as trabalham e/ou estudam no DF. Com isso, também procurou evitar que esses/as cursistas tivessem que recorrer a uma formação em Goiânia, que é mais distante de seus municípios do que o DF. Devido às características demográficas específicas da RIDE-DF, e do pequeno número de cursistas que residiam e trabalhavam em municípios de Goiás, neste trabalho não trataremos de dados referentes a este estado ao fazer referência aos municípios da RIDE.

⁴ A equipe da UnB escolheu desenvolver os Módulos Introdutório, I e III.

Perfil dos/as cursistas EPDS/UFSC e EPDS/UnB

Neste tópico apresentamos os dados relativos aos perfis dos/as cursistas. O questionário utilizado para a coleta dos dados foi o mesmo nas duas instituições, tendo sido aplicado antes do início das disciplinas ofertadas a partir dos módulos. Isso permitiu que os perfis pudessem ser apresentados de modo comparado.

O questionário aplicado contou com questões objetivas e discursivas. Trata-se de um questionário bastante extenso que foi respondido por 434 cursistas da UFSC e 373 da UnB. Os percentuais apresentados são sempre em relação ao número total de respondentes. Quando não, apresentamos os números absolutos aos quais os percentuais se referem.

Dados os limites de um capítulo de livro, aqui, trataremos apenas das questões objetivas relacionadas à identificação, à formação, às informações profissionais, à composição familiar, às informações residenciais, às informações de renda e de participação social em espaços como sindicato, associação profissional, associação de moradores, conselho de direitos e de política social, e campanha de ajuda social. A análise das questões discursivas⁵ deverá ser divulgada em outro momento.

⁵ As questões discursivas trataram do motivo por ter optado pelo curso; das concepções de educação, de pobreza e de desigualdade social; da percepção sobre as causas da pobreza; da visão sobre o PBF em função da atividade que desempenha; do acesso a documentos como Plano Plurianual Federal, Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais e aos mesmos, específicos do estado de Santa Catarina e do DF, ao Projeto Político Pedagógico das escolas. Os/as cursistas que atuavam em escolas ainda foram questionados: se o tema da pobreza e da desigualdade social era tratado no Projeto Político Pedagógico da escola; se o tema da pobreza e da desigualdade social era tratado no cotidiano escolar para o planejamento das atividades pedagógicas; se o tema da pobreza e da desigualdade social era tratado em alguma disciplina; e se existiam projetos/ações já desenvolvidos/as ou em desenvolvimento, por parte da escola, para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, considerando a realidade onde está inserida.

Dados de identificação

Como posto na caracterização do PNEPDS de cada uma das Universidades, os cursos foram dirigidos a um público específico. A Tabela 1 contém os dados dos/as cursistas que responderam ao questionário, considerando a função indicada no ato da inscrição.

Tabela 1: Número e proporção de cursistas da UFSC e da UnB por função declarada no ato de inscrição nos cursos.

Função	UFSC		UnB	
	N	%	N	%
Agente Educacional (Operador/a Escolar do Sistema Presença)	34	7,83	04	1,07
Coordenador/a Estadual do PBF na Assistência Social	01	0,23	01*	0,27
Coordenador/a Estadual do PBF na Educação	01	0,23	00	00
Coordenador/a Municipal do PBF na Assistência Social	23	5,30	03*	0,80
Coordenador/a Municipal do PBF na Educação	21	4,84	01*	0,27
Gestor/a (Diretor/a Escolar)	32	7,37	06	1,61
Membro da Equipe Pedagógica (Orientador/a Educacional, Supervisor/a ou outros/as profissionais da equipe)	40	9,22	26	6,97
Operador/a Estadual Auxiliar do PBF na Educação	07	1,61	01*	0,27
Professor/a	275	63,37	209	56,03
Outro ⁶	-	-	122	32,71
Total	434	100	373	100

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do questionário.

⁶ A opção “outro” aparece apenas no questionário da UnB. Por isso, ao invés de “zero”, no caso da UFSC utilizamos “-“. A opção “outro” deveria ser preenchida, de acordo com os critérios

Nota:

* As opções disponibilizadas no questionário tiveram por base a realidade dos estados. Essa realidade não se aplica ao DF, portanto, algumas cursistas optaram pela função que entenderam estarem mais próximas das que desempenhavam. Entendemos ser mais coerente manter a opção feita e colocar a função efetivamente desempenhada nesta nota. Portanto, no caso da UnB: a inscrita como Coordenadora Estadual do PBF na Assistência Social era, de fato, Assistente Social da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do Distrito Federal – Diretoria de Atenção Integral às Famílias; as três inscritas como Coordenadoras Municipais do PBF na Assistência Social eram, de fato: 1) Especialista em Assistência Social da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do Distrito Federal – Diretoria de Atenção Integral às Famílias, 2) Assistente Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – Subsecretaria de Assistência Social, e 3) Pedagoga da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Social e Direitos Humanos do Distrito Federal – Diretoria de Atenção Integral às Famílias; e a inscrita como Operadora Estadual Auxiliar do PBF na Educação era, de fato, Assistente Social atuando com famílias em descumprimento de condicionalidade na política de assistência social no CRAS. Apenas uma cursista que se inscreveu como Coordenadora Municipal do PBF na Educação exercia, de fato, essa função em um município de Goiás.

De acordo com os dados, mais da metade dos/as cursistas respondentes é composta por professores/as, 63,37% no caso da UFSC e 56,03% no caso da UnB. No curso ofertado pela UFSC, chama à atenção a baixa participação de Coordenadores/as Municipais do PBF na Educação, visto que o estado de Santa Catarina é formado por 295 municípios e que esses/as foram priorizados/as no primeiro edital de inscrição. Já os/as Coordenadores/as Municipais do PBF na Assistência Social passaram a figurar no segundo edital publicado para preenchimento de 231 vagas remanescentes. Considerando que um terceiro edital com 85 vagas foi publicado posteriormente, o nível de participação desses/as também pode ser considerado baixo. Para o curso da UnB, essa observação não se aplica, visto que, a princípio, deveria atender ao DF. Neste caso, o DF conta com apenas uma Coordenação “Municipal” do PBF em cada área (Educação, Assistência Social e Saúde). No entanto, o curso possibilitou a inscrição de profissionais da RIDE/DF e, mesmo assim, teve apenas uma inscrição de

e requisitos postos no Edital da UnB, por aqueles/as que se identificaram, no ato de inscrição como: pessoal técnico das Secretarias de Educação, Assistência Social e da Saúde, considerando a intersetorialidade entre essas áreas no acompanhamento dos usuários do PBF; profissionais que atuavam na educação básica e pesquisadores (vinculados a instituições públicas e privadas e movimentos sociais) que apresentassem interesse pela temática.

Coordenadora Municipal do PBF na Educação de um dos municípios de Goiás. Do total de matriculados/as, 13 cursistas⁷ eram de 6 municípios de Goiás.

A UFSC distribuiu as vagas por oito polos, buscando facilitar a participação de cursistas de todo o estado. O curso contou com representação de 126 municípios, ou seja, 42,71% dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina. A maior concentração de cursistas em cada polo foi da própria cidade. Apesar de o curso ser na modalidade EaD, os encontros com os/as tutores/as no momento das avaliações presenciais obrigatórias exigiam o deslocamento dos/as cursistas, o que, de certo modo, deve ter dificultado a participação de interessados/as que residiam em municípios mais distantes do município polo, mesmo que todas as avaliações tenham sido marcadas para ocorrerem aos sábados.

No caso da UnB, o edital contava com seis polos. A princípio, como posto quando da caracterização do PNEPDS na UnB, foi possibilitada a inscrição de profissionais que atuassem em municípios que compõem a RIDE/DF. Neste caso, dos/as 13 cursistas que declararam residir em municípios de Goiás, 8 residiam e trabalhavam nestes. Os/as outros/as 5 trabalhavam no DF.

Em relação à faixa etária, a maioria, nos dois casos, tinha entre 24 e 52 anos (73,50% na UFSC e 93,30% na UnB). Na UFSC o maior percentual, 26,27%, ficou na faixa etária de 30-35 anos e na UnB, 25,20%, na faixa etária de 36-41. Na UFSC, os/as cursistas com idade entre 18-23 anos totalizaram 2,53% e entre 53 e mais de 70, 5,53%. No caso da UnB, os/as na faixa de 18-23 totalizaram 2,78% e na faixa de 53-64, 4,2%. Trata-se, portanto, de um grupo de profissionais relativamente jovens que deverá, a princípio, permanecer ainda por um bom tempo na atividade profissional.

No que tange à identidade sexual, os dados mostram que, nos dois casos, a maioria (79,26% na UFSC e 83,11% na UnB) é mulher. Expressam, portanto, o que concluem os estudos sobre a incorporação da força de trabalho feminina

⁷ Dos/as 13 cursistas, 8 eram Professores/as, 1 era Coordenador(a) Municipal do Programa Bolsa Família na Educação, 1 era Membro de Equipe Pedagógica, e 3 se matricularam como “Outro/a”.

em determinadas áreas. Ou seja, que determinadas profissões, em especial as relacionadas ao campo educacional, sofrem um processo de “feminização” e “feminização propriamente dita”, conforme Yannoulas (2011)⁸.

Cruzando os dados de identidade sexual e função declarada no ato de inscrição, vemos que, considerando apenas a atuação no magistério, no caso da UFSC, 206 de 275 são mulheres e, no caso da UnB, são 172 de 209. Dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2015 e 2017⁹ mostram que em Santa Catarina, do total de docentes, 66.000 eram do sexo feminino e 13.952 eram do sexo masculino (INEP, 2015). No caso do DF (Brasília), eram 22.394 do sexo feminino e 7.507 do masculino (INEP, 2017)¹⁰.

No que se refere à declaração de cor, a grande maioria dos/as cursistas da UFSC se declarou branca, 83,64%. No caso da UnB, os/as que se declararam pardos/as totalizaram 43,70%, sendo este o maior percentual, seguido daqueles/as que se declararam brancos/as, 35,66%. O percentual dos/as que se declararam de cor preta foi maior na UnB, 17,43%. No caso da UFSC, esse percentual ficou em 11,29%. O percentual daqueles/as que se declararam pardos/as na UFSC, 4,15%, foi substancialmente inferior àquele da UnB. Em relação à declaração como indígena temos um percentual baixíssimo nas duas realidades, sendo 0,23% na UFSC e 0,53% na UnB.

De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2011), a população por cor ou raça em Santa Catarina e no DF se configurava conforme a Tabela 2.

⁸ A autora utiliza o termo “feminização” para referir-se ao “ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação”, e o termo “feminização propriamente dita” para referir-se “às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão” (YANNOULAS, 2011, p. 283).

⁹ Os/as cursistas da UFSC responderam ao questionário em 2015, por isso usamos esse ano como referência. No caso da UnB, os/as cursistas responderam ao questionário no início de 2018, por isso, utilizamos os dados de 2017, visto não termos os de 2018.

¹⁰ Sobre feminização da profissão docente, ver dentre outros trabalhos, os de Yannoulas (2011) e Vianna (2013).

Tabela 2: População por cor ou raça, em Santa Catarina e no Distrito Federal, segundo Censo de 2010.

	População por cor ou raça - Censo 2010					
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Santa Catarina	6248436	5246868	183857	26017	775558	16041
Distrito Federal	2570160	1084418	198072	41522	1239882	6128

Fonte: Adaptada de IBGE (2010). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Se considerarmos os dados desse Censo, poderíamos inferir que há unicamente uma relação, por exemplo, entre o total de brancos/as em Santa Catarina e o total de cursistas declarados/as brancos/as. Da mesma forma, poderíamos relacionar a população parda do DF com o maior percentual de cursistas que se declararam com essa cor. Entretanto, não podemos traçar essa relação mecânica. A explicação para tal diferença deve ser dada pelas profundas assimetrias de condições de vida a que foram submetidas, especialmente as populações negras e indígenas em relação à população branca. Passos (2015, p.156), ao se referir a essas assimetrias no que tange à condição social da população negra diz que elas deixaram de ser explicitadas por denúncias do movimento negro, passando “[...] a ser explicitadas nos indicadores de educação, saúde, moradia, mercado de trabalho e pobreza, ficando difícil não identificar o racismo como um elemento estruturante das desigualdades sociais”.

De acordo com o IBGE (2017), quanto maior a escolarização, maior a chance de estar empregado. Dada a exclusão educacional sofrida principalmente por pretos, pardos e indígenas, a maior parte da população desocupada, considerando a distribuição por cor ou raça, faz com que esses sejam os mais atingidos pelo desemprego, justamente por serem os que têm menor escolaridade. É necessário lembrar que o nível superior foi o exigido aos participantes do curso da UFSC, sendo que na UnB foi permitido o acesso daqueles/as com

nível médio completo. Dados da PNAD Contínua 2016/2017 mostram que as pessoas de cor branca têm 10,1 anos de estudo contra 8,2 anos para as de cor preta ou parda, ou seja, uma diferença de 2 anos (IBGE, 2018). Quando verificamos a possibilidade de mobilidade educacional (IBGE, 2017), a vantagem da população branca em relação à população preta ou parda também se mantém.

Os/as cursistas foram questionados/as sobre a sua vinculação ou não a uma religião. Dos/as 434 cursistas da UFSC, 79,03% informaram que sim. No caso da UnB, dos/as 373, 70,24% também responderam positivamente. Foram citadas 26 religiões, considerando as duas Universidades. A mais declarada foi a católica. Dos/as cursistas da UFSC, 249 declararam vinculação a essa religião e, no caso da UnB, 110.

Quanto ao estado civil, os dados mostram que a maioria, nos dois casos era composta por casados/as e por aqueles/as que viviam em união estável. No caso da UFSC, as duas categorias juntas corresponderam a 62,22%. Os/as solteiros/as eram 28,11% e as demais situações (divorciado/a, separado/a, viúvo/a e “outra”) totalizaram 9,67%. No caso da UnB, casados/as e em união estável eram 53,08%. Os/as solteiros/as corresponderam a 38,61% e as demais situações a 8,31%.

Dados sobre formação

Neste tópico, apresentamos a formação dos/as cursistas no que tange à graduação e a cursos de especialização, mestrado e doutorado já cursados ou em andamento.

No caso da UFSC foram citados 45 cursos de graduação. Dos 434 cursistas, 178 indicaram ter formação em Pedagogia. Para além desses/as, dos/as 32 que indicaram ter mais de uma graduação, 12 têm como um dos cursos, Pedagogia. Portanto, no total, 210 cursaram pedagogia. Dado o grande número de cursos citados, registramos aqui aqueles indicados por, pelo menos, 10 cursistas. Neste sentido, temos: Letras (37, dos/as quais 3 têm outra graduação);

História (31, dos/as quais 4 têm outra graduação); Educação Física (28, dos/as quais 1 tem outra graduação); Serviço Social (19, dos/as quais 3 têm outra graduação); Geografia (20, dos/as quais 5 têm outra graduação); Matemática (16, dos/as quais 2 têm outra graduação); Ciências Sociais (12, dos/as quais 1 que tem outra graduação); e Ciências Biológicas (12, dos/as quais 2 têm outra graduação).

No que tange à pós-graduação, 202 cursistas da UFSC, 46,54%, informaram possuir um ou mais cursos de especialização. Esse grande número foi entendido pela equipe gestora do curso como um dos principais motivos para que muitos dos/as matriculados/as acabassem desistindo, visto que, para efeito de progressão funcional, apenas um curso é considerado. Dentre os/as cursistas, 15 informaram já ter mestrado, 4 informaram que o curso estava em andamento e 1 informou que seu mestrado estava incompleto, não indicando se concluiria. Dois/as cursistas declararam já possuir curso de doutorado.

No caso da UnB, foram citados 35 cursos de graduação. Da mesma forma que no caso da UFSC, o maior número, 128, indicou ter graduação em pedagogia. Para além desses/as, dos/as 35 que indicaram ter mais de uma graduação, 22 têm como um dos cursos, Pedagogia. Portanto, no total, 150 tinham formação nessa área. Dado também ao grande número de cursos declarados, citaremos aqueles indicados por, pelo menos 10 cursistas. Neste sentido, temos: Serviço Social (41, dos/as quais 3 têm outra graduação); Letras (40, dos/as quais 5 têm outra graduação); História (17, dos/as quais 2 têm outra graduação); Geografia (18, dos/as quais 4 têm outra graduação); Educação Física (16, dos/as quais 3 têm outra graduação); Psicologia (14, dos/as quais 1 que tem outra graduação); e Ciências Sociais (14, dos/as quais 3 têm outra graduação).

Em relação à pós-graduação, 257 cursistas da UnB informaram possuir um ou mais cursos de especialização. Cabe lembrar aqui que, no caso dessa Universidade, o curso ofertado foi de aperfeiçoamento, caracterizado por uma carga horária menor. Esses cursos pontuam para escolha de turma nas escolas o que, de certa forma, pode ter favorecido um percentual menor de desistência em relação

ao que aconteceu na UFSC. Dentre os/as cursistas, 71 informaram já ter mestrado e 3 informaram que o curso estava em andamento. Vinte cursistas declararam já possuir curso de doutorado e 3 informaram que o doutorado estava em andamento.

Em relação aos dados de formação, o que mais chamou a atenção foi a participação de especialistas, mestres e doutores, principalmente no caso da UnB. Não temos como informar, aqui, quantos desses/as concluíram os cursos EPDS, mas podemos inferir que a temática os/as levou a se inscreverem, o que pode indicar a sua importância.

Dados profissionais

Iniciamos a apresentação dos dados profissionais pelo tempo de atuação no serviço público, visto que as funções exercidas já foram citadas quando da descrição dos dados de identificação. Cabe salientar que algumas perguntas foram dirigidas a categorias específicas, considerando a atuação ou não em escolas.

No caso das duas instituições, mais da metade dos/as cursistas atuava no serviço público entre 1 e 11 anos, 64,05% no caso da UFSC e 52,54% no caso da UnB. Em ambos os casos, fracionando mais essa faixa de tempo, temos que a maior proporção se concentrava na faixa de 1 a 5 anos, sendo 35,71% no caso da UFSC e 28,95% no caso da UnB. Ainda chama a atenção, no caso da UnB, o número de cursistas, 60 dos 373, que têm menos de 1 ano de serviço público, correspondendo a 16,09%. No caso da UFSC, esse percentual ficou em 2,30%.

Comparando essa concentração de tempo de atuação entre 1 e 11 anos, e a maior concentração de cursistas na faixa etária de 30-46 anos (59,91% na UFSC e 69,17% na UnB) podemos apontar duas hipóteses: 1) O ingresso no serviço público para boa parte se deu tardiamente em relação à formação; a formação superior dos/as cursistas foi tardia considerando que, seguindo o fluxo escolar sem atropelos, a idade para conclusão do nível superior fica entre 21 e 22 anos.

No que diz respeito ao tempo de trabalho na função que exercia no ato de inscrição nos cursos, mantém-se a concentração na mesma faixa de tempo, ou seja, entre 1 e 11 anos, sendo 75,35% no caso da UFSC e 63,81% no caso da UnB. Nesse sentido, podemos inferir que a maioria ingressou em uma função no serviço público e se mantém nessa função. Isso pode ser explicado pelo fato de a maior parte dos/as cursistas das duas instituições ser formada por professores/as. No entanto, considerando o grande número de professores/as temporários, conforme apresentado a seguir, e dada a precarização que sofre essa profissão, essa configuração pode se alterar, ou seja, parte desses/as podem não conseguir continuar na carreira.

Em relação ao vínculo de trabalho dos/as cursistas, considerando aqueles/as que declararam ter apenas um, a maioria, no caso da UFSC é composta por servidor/a municipal efetivo/a, 35,25%. Na sequência vêm os/as que têm vínculo estadual efetivo, 21,66%. Os/as que declararam vínculo federal efetivo totalizaram 0,46%. O percentual dos/as que declararam vínculos temporários (federal, estadual e municipal) totalizou 37,10%, com concentração nas esferas estadual e municipal. Apenas 21 cursistas, dos/as 434, declararam ter dois vínculos, sendo que desses/as, no caso de 11, os dois vínculos são efetivos, no caso de 4, um vínculo efetivo e um temporário e de outros/as 6, dois vínculos temporários. Do total, 3 declararam “outro vínculo”.

Como informado anteriormente, o questionário utilizado pela UnB foi o mesmo da UFSC. O fato de não ter sido feita a adaptação para a realidade do DF, que não é um estado e nem um município, levou os/as cursistas que atuavam em escolas ou em outros órgãos públicos a utilizarem a opção “estadual” ou a “municipal”. Neste caso, a exceção de 7 cursistas com vínculo público que residiam e trabalhavam em municípios de Goiás (5 servidores/as municipais efetivos/as, 1 servidor/a estadual efetivo e 1 servidor/a municipal temporário/a), todos/as os/as demais são servidores do DF. No entanto, para a descrição, mantivemos a nomenclatura utilizada no questionário. Portanto, dos/as cursistas da

UnB, considerando a declaração de apenas um vínculo, a maioria, 43,43%, é de servidor/a estadual efetivo/a. Na sequência, dentre os/as efetivos/as estão os/as com vínculo federal, 7,51% e os/as com vínculo municipal, 7,24%. O percentual dos/as que declararam vínculos temporários (federal, estadual e municipal) totalizou 17,42%, sendo a maior parte da esfera estadual, 10,72%. Nenhum/a cursista da UnB declarou ter dois vínculos e 91 (24,40%) dos/as 373, declararam ter “outros” vínculos.

Chama a atenção os percentuais de cursistas com apenas um vínculo temporário (37,10% no caso da UFSC e 17,42% da UnB). São percentuais altos, principalmente no caso da UFSC, visto que dos/as 161 cursistas que declararam estar nessa condição, 135 são professores/as. No caso da UnB, dos 65 com um único vínculo temporário, 48 são professores/as.

Consultando os censos escolares de 2015 e 2017 verificamos, principalmente no caso de Santa Catarina, uma situação extremamente preocupante. No estado, o número de professores/as efetivos/as era de 36.177 e de temporários/as era de 32.008 (307 na esfera federal, 13.964 na esfera estadual e 18.670 na esfera municipal) (INEP, 2015). No caso do DF, o número de efetivos/as era 20.521 e o de temporários/as era de 7.002 (144 na esfera federal e 6.867 na esfera estadual) (INEP, 2017a).

Cabe salientar que ao utilizarem o dispositivo do contrato temporário, os governos acabam economizando. Santos (2016), em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Professores temporários da Rede Estadual de São Paulo: análise da política de pessoal da perspectiva orçamentária”, conclui que o estabelecimento de formas precárias de contratação nessa Rede tem forte relação com a diminuição dos gastos em educação. Segundo o autor, o excessivo número de docentes temporários possibilita que uma gestão regulada da folha de pagamento impacte menos no gasto do estado pelo fato destes não estarem vinculados ao Plano de Carreira, de receberem salários menores e de não terem vinculação a alguns direitos relativos ao trabalho. É importante salientar que, mesmo que

os governos possam justificar a contratação de boa parte dos temporários em função de ausências dos professores efetivos, principalmente por licenças para tratamento de saúde, não é possível negar a diminuição de concursos públicos para o magistério para suprir vagas existentes. Quando analisamos os números relativos à Santa Catarina, vemos que a diferença entre o número de efetivos e temporários é bastante pequena.

Os números de cursistas com contrato temporário indicam a precarização do exercício profissional. No caso daqueles/as que são professores/as, as implicações não dizem respeito apenas à situação pessoal de insegurança¹¹, mas implicam, também: em precarização da atividade profissional, visto que a não garantia de um trabalho contínuo em uma mesma escola pode levar ao desconhecimento da comunidade em que atua, gerando a falta de vínculos; na dificuldade de propor projetos e, principalmente, na impossibilidade de dar continuidade a esses; na falta de envolvimento com as questões escolares por não saber se continuará na escola, dentre outras questões. Isso afeta diretamente as condições de a escola desenvolver um trabalho efetivo junto à comunidade. As implicações de tudo isso, quando consideramos a preocupação que deu origem aos cursos em tela, é bastante grande, pois mesmo que os/as cursistas venham a ter uma maior compreensão da relação educação/pobreza/desigualdade social, a condição profissional pode não favorecer em nada uma mudança real na sua atuação.

No caso da UFSC, dos/as cursistas com vínculo efetivo, 28 responderam ter, também, função no âmbito privado. Daqueles/as com vínculo temporário, 21 indicaram essa situação. No caso da UnB, dos/as com vínculo efetivo, 15 exerciam, também, função no âmbito privado. Dos/as com vínculo temporário, 10.

¹¹ Insegurança no sentido de saber se terá ou não trabalho; indefinição do local de trabalho que depende sempre da vaga disponível; indefinição do número de aulas, o que implica diretamente no valor do salário; probabilidade de ter que atuar em mais de uma escola, podendo ter que se deslocar em mais de um município, etc. Novaes (2010) discute a situação dos professores temporários na rede pública de São Paulo e também levanta algumas dessas implicações.

Os/as cursistas foram questionados/as quanto à carga semanal de trabalho. Para aqueles/as com mais de um vínculo, foi solicitada a indicação da carga do trabalho principal seguida das demais. No caso das duas instituições, a maioria dos/as cursistas tinha uma carga horária semanal de 40 horas. No caso da UFSC 66,13% e no caso da UnB, 69,16%. Na sequência temos, respectivamente, os/as com carga semanal de 20 horas, 8,29% e 9,11% e os/as com carga semanal de 30 horas, 8,06% e 5,62%. Na análise dos dados relativos a esse aspecto, verificamos que para além dessas, outras, em percentuais substancialmente menores, também foram registradas, a exemplo das cargas semanais de 40/20 horas, em função de dois vínculos (4,39% e 3,49%), de 20/20 horas (2,76% no caso da UFSC), de 40/10 horas (2,76% no caso da UFSC) e de 10 horas (1,84% e 1,07%). Nos extremos, as cargas semanais registradas vão de zero horas, como no caso de 8 (2,14%) dos/as cursistas da UnB, a 80 horas como no caso de um/a (0,27%) cursista dessa mesma instituição. As demais cargas citadas não chegaram, individualmente, a 1%.

No caso específico dos/as professores/as, ao cruzarmos os dados relativos ao vínculo de trabalho e a carga horária temos que, no caso da UnB, dos 48 com apenas um vínculo temporário, 38 tinham carga horária de 40 horas semanais, 1 tinha carga de 30 horas, 6 tinham carga de 20 horas, 1 tinha carga de 44 horas, 1 tinha carga de 40/20 horas¹², e 1 não declarou. No caso da UFSC, dos 135 nessa condição, 81 tinham carga semanal de 40 horas, 2 tinham carga de 32 horas, 14 tinham carga de 30 horas, 16 tinham carga de 20 horas, 6 tinham carga de 10 horas, 3 tinham carga de 40/20 horas, 5 tinham carga de 40/10 horas, 1 tinha carga de 30/30 horas, 2 tinham carga de 30/10 horas, 4 tinham carga de 20/20 horas e 1 tinha carga de 20/10/4 horas. Os dados demonstram que, pelo menos, a grande maioria, tinha carga semanal de 20 horas para cima, o que implica em um salário um pouco melhor.

¹² Na UnB, nos casos em que aparecem duas cargas horárias os/as cursistas declaram apenas um vínculo, ou seja, os contratos eram com apenas uma das esferas de governo.

Os dados relativos à esfera de governo a que a escola pertence, ao bairro onde a escola se situa e às condições das escolas, condições de trabalho e existência ou não computador na escola para uso do/a cursista derivaram de respostas dadas apenas por gestores/as escolares, professores/as, membros de equipe pedagógica ou operadores/as do sistema presença na escola, de acordo com a função indicada no ato de inscrição nos cursos. Neste caso, 381 cursistas da UFSC e 245 da UnB deveriam ter respondido às questões. No entanto, alguns/as cursistas que não faziam parte desse grupo acabaram respondendo. Essas respostas foram desconsideradas. Outros que deveriam responder não o fizeram.

No que diz respeito à esfera de governo a que a escola em que trabalhavam pertencia, os dados mostram que o maior percentual das duas Universidades, atuava em escolas estaduais¹³, 49,61% no caso da UFSC e 51,84% no caso da UnB. Na sequência, respectivamente, temos que 44,88% e 10,61% atuavam em escolas municipais, 0,27% e 7,76% em escolas federais, 2,62% e 17,14% indicaram não atuar em nenhuma das esferas, e 2,62% e 12,65% não responderam. No caso dos/as que indicaram não atuar em nenhuma das esferas, entendemos que atuavam no âmbito privado. Neste caso, é necessário considerar que, aqueles/as que declararam tempo de atuação no serviço público deviam ter trabalhado como temporários.

Em relação à caracterização do bairro onde a escola em que o/a cursista atuava se situa cabe ressaltar que alguns/as poderiam estar atuando na mesma escola, por isso, os dados não representam, efetivamente, o número de escolas localizadas em cada tipo de bairro.

A classificação em favela, bairro popular, classe média e classe média alta foi baseada na classificação de classes sociais por faixas de salário mínimo

¹³ No caso do DF, as escolas declaradas estaduais e municipais devem ser consideradas como escolas da Rede Distrital de Educação. Cabe destacar que 6 dos/as cursistas que residiam e trabalhavam em municípios de Goiás, 4 eram professores/as e atuavam em escolas municipais, 1 era professor/a e atuava em escola estadual e 1 era membro de equipe pedagógica e atuava em escola municipal.

(SM) do IBGE. Dentre as opções não foi colocado o bairro classe alta, fato que ocorreu por falha na elaboração da questão¹⁴. No entanto, entendemos que isso não prejudicou o alcance do objetivo. É necessário esclarecer que as respostas derivaram da percepção dos/as cursistas. Partimos do princípio que usar essa classificação facilitaria a compreensão. Não utilizar faixas de renda como parâmetro possibilitaria que a percepção derivasse de uma visão mais ampla sobre o bairro, considerando a condição das moradias, a infraestrutura e os serviços. Cabe ainda esclarecer que nos módulos utilizados nos cursos a pobreza é tomada a partir da sua multidimensionalidade, considerando a proposição analítica de Amatya Sen. Para este autor,

a situação de uma pessoa privada em termos absolutos em relação a suas capacidades se vincula com a escassez relativa em termos de renda, de bens e dos demais recursos. Neste sentido, relativo e absoluto não estariam em conflito, mas se tornam complementares (MATTEI, 2017, p. 32)¹⁵.

Vemos que, em ambos os casos, a grande maioria dos/as cursistas atuava em escolas situadas em bairros considerados populares, 70,87% no caso da UFSC e 63,67% no caso da UnB, seguidos/as daqueles/as que atuavam em escolas situadas em bairros considerados de classe média, 22,31% e 15,10%, respectivamente. Os/as que atuavam em escolas de bairros considerados classe média alta totalizaram 0,52% e 3,27%. O percentual daqueles/as que atuavam em escolas localizadas em favelas foi de 3,68% e 8,57%. Do total, 2,62% dos/as cursistas da UFSC e 9,39% da UnB não responderam a essa questão.

¹⁴ O IBGE classifica as classes sociais por faixas de salário mínimo em classes: A (acima de 20 SM), B (de 10 a 20 SM), C (de 4 a 10 SM), D (de 2 a 4 SM) e E (até 2 SM). Nesse caso, a favela corresponderia à classe E, o bairro popular à classe D, o bairro classe média à classe C, o bairro classe média alta à classe B e o bairro classe alta à classe A.

¹⁵ Sobre pobreza multidimensional ver, também, Rego e Pinzani (2013, 2015).

De acordo com o IBGE (2011), tomando por base os dados do censo de 2010, o DF contava com 36 aglomerados subnormais¹⁶, dentre estes o “Sol Nascente”, considerada a maior favela do Brasil e da América Latina a partir de 2013. No caso de Santa Catarina, o IBGE indicou a existência de 74 aglomerados subnormais, distribuídos por 15 municípios. Essa informação pode explicar o percentual maior de cursistas da UnB que atuavam em escolas localizadas em favelas.

Essa configuração da percepção dos/as cursistas quanto ao bairro em que a escola se localiza vai refletir na percepção que tinham sobre as condições socioeconômicas dos estudantes, conforme apresentamos adiante.

No que tange à percepção sobre a condição das escolas, os números correspondem aos/as cursistas respondentes. Portanto, mais de um/a pode ter avaliado a mesma escola. Os dados mostram que, no caso da UFSC, 46,45% consideraram que as condições da escola eram boas, seguidos por aqueles/as que consideraram satisfatórias, 36,75%. Apenas 9,45% consideraram as condições da escola ruins, e 4,99%, ótimas. Do total, 2,36% não responderam. Dos/as cursistas da UnB, 42,45% consideraram as condições das escolas satisfatórias, seguida por aqueles/as que consideraram boas, 24,49%. O número de escolas consideradas em condições ruins foi maior entre os/as cursistas da UnB, 17,55%. É necessário levar em conta que um número maior de cursistas dessa Universidade (21) atuava em escolas localizadas em favelas. Os/as que consideraram as condições da escola ótimas totalizaram 6,12%. Do total, 9,39% não responderam. Os dados indicam que as escolas de Santa Catarina são mais bem avaliadas quanto a sua condição.

¹⁶ Segundo o IBGE (2011, p. 19), aglomerado subnormal “É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa”. Estão aí incluídos: favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros.

Gomes e Duarte (2017, p.284), ao analisarem a evolução da desigualdade de infraestrutura escolar no Brasil a partir das condições materiais das escolas públicas de ensino fundamental, em 2007 e 2013, constataram “que a maioria das escolas estaduais e municipais de pior infraestrutura são majoritariamente frequentadas por alunos de nível socioeconômico mais baixo”. Podemos inferir que, em regra, essas escolas se localizam, principalmente, em bairros populares e em assentamentos subnormais. No entanto, considerando que a maioria das escolas se localizava, de acordo com a percepção dos/as cursistas, em bairros populares, e a avaliação feita sobre as condições das escolas, para as realidades examinadas isso parece não se aplicar.

Os dados sobre condições de trabalho ajudam a sustentar nossa compreensão apresentada anteriormente. Em relação a esse aspecto, 70,87% dos cursistas da UFSC e 46,12% da UnB declararam ter condições de trabalho para o desempenho da sua função. Não responderam 3,67% e 15,51%, respectivamente. Ainda em relação às condições de trabalho, os/as cursistas foram indagados/as sobre a existência ou não de computadores e internet disponíveis para o seu uso. No caso da UFSC, 85,04% responderam positivamente e no caso da UnB, 56,33%. Não responderam 3,67% e 12,24%, respectivamente. Aqui temos reforçada a compreensão que as escolas de Santa Catarina estão em melhor condição.

Os dados relativos ao nível de ensino em que atuavam derivaram de respostas apenas de professores/as, 275 cursistas da UFSC e 209 da UnB. No caso das duas instituições, a maioria atuava no Ensino Fundamental. No caso da UFSC temos 53,73% e na UnB, 58,37%. Na sequência vêm os/as professores/as que atuavam no Ensino Médio, 23,63% e 19,61%. Os que atuavam na Educação Infantil totalizaram 16,73% e 11,01%. Não responderam, 2,91% e 11,01%, respectivamente.

Apresentamos agora os dados relativos à condição socioeconômica dos/as alunos/as na percepção dos/as cursistas que atuavam em escola, 381 da UFSC e 245 da UnB. A categorização adotada seguiu a mesma lógica utilizada para a categorização do bairro em que a escola se situava, ou seja, nos baseamos

na classificação de classes sociais por faixas de salário mínimo do IBGE. Reiteramos que as respostas derivaram da percepção dos/as cursistas, portanto, o uso dessa classificação também facilitaria a compreensão. Não utilizar, no questionário, as faixas de renda como parâmetro também permitiria que os/as cursistas considerassem outros elementos quando respondessem. Neste caso, o conhecimento do local onde os/as alunos/as moravam - o bairro com sua infraestrutura e serviços, a residência -, as condições com as quais se apresentavam na escola - vestimentas, com ou sem o material escolar -, e o próprio conhecimento da renda das famílias, comporiam um conjunto de informações para que construíssem suas percepções. Essa classificação acaba, por fim, possibilitando uma análise multidimensional da condição social dos/as estudantes. Aqui, também por erro na estruturação da questão, não foi incluída a opção “classe média”. Neste caso, diferentemente da não inclusão da opção “bairro classe alta” na questão relativa ao bairro em que a escola se localizava que, na nossa compreensão, não prejudicou a análise, temos que ponderar, visto que na questão relativa ao bairro 22,31% dos/as cursistas da UFSC e 15,10% da UnB indicaram que a escola se localizava em bairro classe média. A colocação da opção “classe média” poderia levar alguns/as a perceberem a condição socioeconômica de seus/as alunos/as relacionada a esta categoria.

No caso da UFSC, a maior parte dos/as cursistas, 61,68%, considerou que seus/as alunos/as pertenciam à classe média baixa. Para 33,7%, os alunos/as eram pobres. No caso da UnB há uma inversão. Para 56,33% dos/as cursistas dessa Universidade, seus/as alunos/as eram pobres e para 31,43% eram de classe média baixa. O percentual daqueles que consideraram seus/as alunos/as como pertencentes às classes média alta e alta totalizaram 0,26% no caso da UFSC e 1,22% no caso da UnB. Somando os totais dos/as cursistas que veem seus/as alunos/as como sendo pobres ou de classe média baixa temos 94,75% no caso da UFSC e 87,76% no caso da UnB.

Cabe destacar, no entanto, que a renda tem sido o parâmetro mais utilizado para definição de pertencimento a uma classe social. Neste caso, não podemos desconsiderar que os/as cursistas tenham tomado como base a vinculação dos/as estudantes ao PBF, portanto, utilizado o critério da renda. Ou seja, aqueles não vinculados não seriam pobres. A partir disso, poderíamos inferir que uma parte considerável dos/as cursistas, principalmente da UFSC, atuava em escolas com um baixo número de beneficiários do Programa.

Para efeito de análise, tendo em vista que não conhecemos, efetivamente, os elementos utilizados pelos/as cursistas para emitirem suas opiniões, faremos alguns apontamentos a partir do critério renda. Utilizando a classificação do IBGE, os pobres comporiam a classe E cuja renda mensal é de até dois salários mínimos.

Em julho de 2015, mês em que o questionário foi respondido pelos/as cursistas da UFSC, o valor do salário mínimo era de R\$788,00. Para estar na classe E, a renda familiar deveria ser, no máximo, de até R\$1.576,00. Considerando uma família de quatro pessoas, representaria uma renda mensal per capita de R\$394,00 e, por dia, R\$13,13. No caso dos/as estudantes pertencentes à classe média baixa, que corresponde à classe D, o valor variaria de 2 a 4 SM, o que corresponderia, no seu máximo, a R\$ 3.152,00. Neste caso, uma renda mensal per capita de R\$788,00 e, por dia, R\$26,26.

No caso da UnB, o questionário foi aplicado em fevereiro de 2018, sendo o valor do salário mínimo R\$954,00. Seguindo a mesma lógica, as famílias de estudantes considerados/as pobres teriam uma renda mensal de, no máximo, R\$1.908,00. Tomando por base a mesma configuração familiar, a renda mensal per capita seria R\$477,00 e, por dia, R\$15,90. No caso das famílias consideradas classe média baixa, a renda máxima seria R\$3.816,00, a renda mensal per capita R\$954,00 e, por dia, R\$31,80.

Se tomarmos em conta a linha de pobreza adotada internacionalmente, é pobre quem vive com até U\$1,90 por dia. Em julho de 2015, o dólar valia R\$3,23. Neste caso, U\$1,90 corresponderia a R\$6,14. No caso da UnB, em

fevereiro de 2018, o dólar valia R\$3,24. Portanto, U\$1,90 corresponderia a R\$6,16. Considerando a renda máxima em cada classe e o exemplo de configuração familiar posto anteriormente, não teríamos nenhum pobre nos dois casos. Ou seja, significa dizer que aqueles/as que tinham R\$13,13 e R\$15,62 por dia para viver não seriam pobres. Seriam pobres apenas as famílias que tivessem pouco menos de 1 SM, visto que R\$788,00 corresponderia a uma renda per capita diária de R\$6,57, e R\$954,00 a uma renda per capita diária de R\$7,95.

No entanto, se for considerada a linha de pobreza de U\$5,5 por dia, que passou a ser adotada pelo Banco Mundial a partir de 2011, para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, a situação se modificaria completamente. Neste caso, U\$5,5 corresponderia a R\$17,77 em julho de 2015, e a R\$17,82 em fevereiro de 2018. Portanto, a classe E como um todo seria considerada pobre, mesmo que tomada a partir do seu limite máximo de renda, correspondendo, assim, à definição do IBGE.

Cabe lembrar que para efeito do recebimento do Bolsa Família, os extremamente pobres são os que têm renda mensal per capita de até R\$89,00 e os pobres R\$178,00. O valor a ser recebido varia de acordo com a composição familiar, não podendo ultrapassar R\$390,00¹⁷. Considerando a linha de pobreza de U\$1,90 e o valor do dólar em maio de 2018 (R\$3,63), mês em que o Decreto que estabelece esses valores foi publicado, teríamos que pobre é quem tem uma renda mensal de até R\$207. Ou seja, a linha de pobreza adotada pelo governo federal em maio de 2018 estava R\$29,00 abaixo do limite, já absurdo, de U\$1,90 e muito longe do valor de U\$5,5, que não é tão menos absurdo.

A partir dessa análise, e levando em conta os percentuais relativos àqueles/as cursistas que não consideraram os/as estudantes que frequentam as escolas em que trabalham como pobres, podemos formular duas hipóteses: 1) as condições

¹⁷ Valores estabelecidos pelo Decreto Nº 9.396, de 30 de maio de 2018. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/06/2018&jornal=515&pagina=2&totalArquivos=158>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

em que os/as estudantes percebidos como não pobres viviam (considerando o local onde moravam - o bairro com sua infraestrutura e serviços, a residência -, as condições com as quais se apresentavam na escola - vestimentas, com ou sem o material escolar -, e o próprio conhecimento da renda das famílias) são realmente mais favoráveis, implicando nessa percepção; 2) A pobreza é percebida por esses/as como miséria, o que implica na dificuldade de conceber que, mesmo com uma condição de vida não miserável, as pessoas podem ser pobres¹⁸.

Tendo em vista que os profissionais que atuavam em escolas foram convidados a responder sobre a característica socioeconômica do bairro onde se localizavam as escolas, sobre as condições de trabalho e sobre a existência ou não de computadores e internet no local de trabalho para seu uso, fizemos as mesmas perguntas para aqueles/as cursistas que não atuavam em escolas. No caso da UFSC, selecionamos os seguintes respondentes: Coordenador/a Estadual do PBF na Educação (01) Coordenador/a Estadual do PBF na Assistência Social (01), Coordenador/a Municipal do PBF na Assistência Social (21), Coordenador/a Municipal do PBF na Educação (19), Operador/a Auxiliar do PBF na Educação (06). No caso da UnB, selecionamos os seguintes respondentes: Coordenador/a Estadual do PBF na Assistência Social (01), Coordenador/a Municipal do PBF na Assistência Social (03), Coordenador/a Municipal do PBF na Educação (01), Coordenador/a Auxiliar do PBF na Educação (01)¹⁹ e aqueles que se identificaram como “outros” (122). No total, deveriam responder

¹⁸ Em 2015, de acordo com dados do MDS, Santa Catarina tinha um total de 184.876 estudantes beneficiários do PBF, sendo 151.417 na faixa de 6 a 15 anos e 33.459 na faixa de 16 a 17 anos. Segundo o Inep (2015), o total de matrículas no estado, considerando Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, era de 1.520.901. Portanto, do total de matriculados, 12,16% eram beneficiários do PBF. Já o DF (Brasília), em 2017, tinha 100.774 estudantes beneficiários, 85.075 na faixa de 6 a 15 anos e 15.699 na faixa de 16 a 17 anos. O total de matrículas, considerando Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, era de 661.311. Do total de matriculados, 15,24% eram beneficiários. Dados da Matriz de Informação Social disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 26 jun. 2018.

¹⁹ Aqui é necessário levar em consideração a nota explicativa da Tabela 1.

a essas questões, 53 cursistas da UFSC e 128 da UnB. Ao analisar os dados, vimos que 75 dos inscritos como “outros” no curso da UnB não responderam às questões. Entendemos que isso ocorreu porque, no questionário, a orientação era para que respondessem apenas os/as cursistas que exerciam as funções de Coordenador/a Estadual do PBF na Educação ou na Assistência Social, Coordenador/a Auxiliar do PBF na Educação, Coordenador/a Municipal do PBF na Educação ou na Assistência Social.

Em relação à categorização do bairro em que esses/as cursistas trabalhavam vale a mesma observação feita quando apresentamos a categorização do bairro onde a escola se localizava. Neste aspecto vemos que, no caso da UFSC, mais da metade dos/as respondentes informou que trabalhava em bairro popular (52,83%), seguidos daqueles que trabalhavam em bairro classe média, 33,96%. Apenas um/a cursista, representando 1,89%, trabalhava em bairro considerado classe média alta e 11,32% não responderam. Nenhum/a cursista trabalhava em favela. No caso dos/as cursistas da UnB temos que 21,88% trabalhavam em bairro popular e 14,06% em bairro classe média. Apenas 3,13% trabalhavam em bairro classe média alta e 2,34% em favela. Do total, 58,59% não responderam.

Em relação às condições de trabalho, no caso da UFSC, a maioria, 66,04%, respondeu que eram boas, seguida por aqueles/as que declararam ser satisfatórias, 11,32%, dos/as que avaliaram como ótimas, 9,43% e, por fim, dos/as que avaliaram como ruins, 1,89%. Do total de 53 cursistas que deveriam responder, 11,32% não o fizeram. No caso da UnB, a maior parte declarou que as condições de trabalho eram satisfatórias, 23,44%, seguida daqueles/as que avaliaram como ruins, 9,38%, dos/as que avaliaram como boas, 6,25% e, por fim, dos que avaliaram como ótimas, 2,34%. Do total de 128 cursistas que deveriam responder, 58,59%, não responderam.

No que tange às condições de trabalho para o desempenho da função, a grande maioria dos/as cursistas da UFSC informou que dispunha dessas condições, 81,13%, seguidos dos/as que informaram que não, 7,55%. Do total de

53 cursistas que deveriam responder, 11,32% não o fizeram. No caso da UnB, 20,31% respondeu que não, 18,75% que sim e 60,94% não respondeu.

Em relação à existência de computador e internet, disponíveis no local de trabalho para uso, a maioria dos/as cursistas da UFSC informou que sim, 86,79%. Informou que não, apenas um/uma cursista, correspondendo a 1,89%. Do total dos/as 53 que deveriam responder, 11,32% não o fizeram. No caso da UnB, 34,37% respondeu que sim, 5,47% que não e, dos/as 128 que deveriam responder, 60,16% não respondeu.

Composição familiar

Em relação à composição familiar, os/as cursistas foram questionados/as se tinham ou não filhos. Nos dois casos, a maioria indicou que sim, 64,98% dos/as cursistas da UFSC e 53,62% dos/as da UnB. Dos/as 282 cursistas da UFSC que responderam ter filhos, 117 informaram ter 1; 114 informaram ter 2; 36 informaram ter 3; 8 informaram ter 4; 5 informaram ter 5; e 2 informaram ter mais de 10. No caso da UnB, dos 200 cursistas que responderam ter filhos, 74 informaram ter 1; 88 informaram ter 2; 27 informaram ter 3; 5 informaram ter 4; 2 informaram ter 5; 1 informou ter 6; 1 informou ter mais de 10; e 2 informaram que sim, mas não informaram o número.

Quanto ao número de pessoas que residiam com os/as cursistas temos a seguinte configuração: No caso da UFSC, o maior percentual, 28,57% indicou que residia com mais 2 pessoas, seguido daqueles/as que residiam com 3 pessoas, 24,42% e por aqueles/as que residiam com mais 1 pessoa, 21,43%. As indicações relativas ao número de pessoas de 4 a 8 totalizaram 18,67%. O percentual dos que indicaram morar só foi de 6,91%. No caso da UnB, 26,00% indicou residir com mais 3 pessoas, 23,06% com 2 pessoas, 21,72% com 1 pessoa. O total dos que residiam com 4 ou mais pessoas, até o máximo de 9, foi de 18,77%. O percentual dos que indicaram morar só foi de 10,45%.

Dados residenciais

Quanto aos dados residenciais verificamos que, no caso da UFSC, 41,34% dos/as cursistas residiam nos municípios polos. Os/as demais estavam distribuídos por 118 municípios. No caso da UnB, 96,51% residiam em Brasília e 3,49% em 6 municípios de Goiás.

Quanto à caracterização do bairro de residência dos/as cursistas, mais da metade dos da UFSC, 57,14%, residia em bairro popular, outros 40,56% residia em bairro classe média. No caso dos/as cursistas da UnB ocorre a mesma coisa, ou seja, mais da metade, 51,74%, residia em bairro popular, seguidos por 38,88% que residia em bairro classe média. O número dos que residiam em bairro classe média alta, no caso das duas instituições, era pequeno, 2,07% e 5,36%, respectivamente. Apenas um/a cursista da UFSC declarou residir em favela, correspondendo a 0,23%. No caso da UnB, 15 cursistas, 4,02%, declararam essa condição. A categorização aqui utilizada foi a mesma da questão que tratou do bairro onde a escola se localizava, dirigida apenas aos/as cursistas que atuavam em escola e à caracterização do bairro onde os demais cursistas trabalhavam. Portanto, as observações feitas anteriormente valem, também, aqui.

No que diz respeito à distância entre o bairro de residência e o trabalho, no caso das duas Universidades, a maioria informou trabalhar próximo ao bairro em que residia, 57,60% no caso da UFSC e 62,73% no caso da UnB. No caso da UFSC, 82,96% declarou levar de 1 a 30 minutos para chegar ao trabalho e acima de 30 minutos até 60, 13,13%. No caso da UnB, 79,08% declarou levar de 1 a 30 minutos para chegar ao trabalho e acima de 30 minutos até 60, 14,74%. Com tempo de deslocamento acima de sessenta minutos temos, no caso da UFSC 3,91% e, no caso da UnB, 6,18%.

Os/as cursistas foram questionados/as sobre ter ou não computador em casa. A ampla maioria, nos dois casos, informou que sim. Foram 95,16% no caso da UFSC e 97,05% no caso da UnB.

Em relação à declaração de renda pessoal, verificamos, no caso da UFSC, que 63,59% recebia entre R\$1.501,00 e R\$ 3.000,00. Na faixa entre R\$ 4.001,00 e mais de R\$5.000,00, eram 8,76%. Quando analisamos a renda familiar, a concentração ficava entre R\$ 2.001,00 e 4.000,00, 52,08%, tendo um aumento substancial na faixa de R\$4.001,00 a mais de R\$5.000,00, 39,86%. No caso da UnB, em relação à renda pessoal, a concentração maior, 58,72%, foi na faixa que vai de R\$ 4.001,00 a mais de R\$5.000,00, sendo 38,34% no maior patamar. No que tange à renda familiar, a concentração permaneceu na mesma faixa, 73,73%, sendo que desses, 58,71% ficavam no maior patamar.

Os dados se mostram bastante distintos quando olhamos as duas realidades e expressam o que demonstra a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Dados relativos a 2015 mostram que a remuneração média em Santa Catarina, para profissionais com nível superior completo, era de R\$ 5.363,01, sendo que os homens recebiam R\$ 6.912,85 e as mulheres R\$ 4.467,57. No caso do DF a remuneração média era de R\$ 11.039,59, sendo que os homens recebiam R\$ 12.377,15 e as mulheres R\$ 9.624,75 (BRASIL, 2018). Já no caso específico dos/as professores/as, estudo do INEP (2017b), com base em dados da RAI e do senso da educação básica de 2014, mostra que a média da remuneração para 40 horas semanais, com nível superior, na rede estadual de Santa Catarina era de R\$4.127,30 e na rede municipal do estado a média era de R\$2.747,70. No DF, a remuneração média para nível superior era de R\$7.128,30.

Cabe ainda destacar que 32,72% (142) dos/as cursistas da UFSC declararam renda familiar de até R\$3.000,00. No caso da UnB foram 17,69% (66). Se todos/as esses/as cursistas tivessem exatamente uma renda familiar de R\$3.000,00, no caso da UFSC esse valor corresponderia a 3,8 SM, visto que o SM, em 2015, era de R\$788,00. Portanto, não atingiam o máximo relativo à classe D que, de acordo com o IBGE teria renda entre 2 e 4 SM. Já os/as cursistas da UnB teriam uma renda familiar de 3,1 SM, visto que o SM, em 2018, era de R\$954,00, estando na mesma situação.

As Tabelas 3 e 4 contêm o cruzamento dos dados de renda familiar com o número de pessoas que residiam na casa. Os cálculos da renda per capita e da renda diária foram feitos a partir do maior valor em cada faixa definida pelo IBGE. A Tabela 3 se refere aos/as cursistas da UFSC e a Tabela 4 aos/as da UnB. O objetivo desse cruzamento foi verificar quantas famílias poderiam estar na condição de pobreza tomando por base as linhas de pobreza de U\$5,5, de U\$1,90 e a adotada pelo PBF, da mesma forma que foi feito quando tratamos das condições socioeconômicas dos alunos a partir da percepção dos/as cursistas que atuavam em escolas.

Tabela 3: Número de cursistas por renda familiar x número de moradores na residência.

Renda Familiar	UFSC			
	NC*	NM*	RP*	RD*
R\$0,00 a R\$500,00	01	02	R\$250,00	R\$8,33
R\$501,00 a R\$1000,00	01	04	R\$250,00	R\$8,33
R\$501,00 a R\$1000,00	01	05	R\$200,00	R\$6,66
R\$501,00 a R\$1000,00	01	06	R\$166,67	R\$5,56
R\$1001,00 a R\$1500,00	01	04	R\$375,00	R\$12,50
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	01	04	R\$500,00	R\$16,67
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	02	05	R\$400,00	R\$13,33
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	01	07	R\$285,71	R\$9,52
R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00	07	05	R\$500,00	R\$16,67
R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00	01	06	R\$416,67	R\$13,89
R\$2501,00 a R\$ 3000,00	01	06	R\$500,00	R\$16,67
R\$2501,00 a R\$ 3000,00	01	09	R\$333,33	R\$11,11
Total	18	--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do questionário.

Nota:

* NC: Número de cursistas; NM: Número de moradores; RP: Renda per capita; RD: Renda diária.

Em julho de 2015, mês em que os/as cursistas da UFSC responderam ao questionário, o dólar valia R\$3,22. Nesse caso, U\$5,5 corresponderia a R\$17,71. Quem tivesse uma renda per capita diária igual ou inferior a esse valor seria considerado/a pobre. Os dados da Tabela 3 mostram que 18 cursistas dessa Universidade estavam nessa situação. Se fosse considerada a linha de pobreza de R\$1,90, cuja correspondência seria R\$6,12, teríamos 1 cursista na situação de pobreza, visto que a menor renda diária foi de R\$5,56. Se considerarmos a renda per capita utilizada pelo PBF, em 2018, para definir quem é pobre, ou seja, R\$178,00, teríamos 1 cursista nessa situação, visto que o valor da sua renda mensal ficou em R\$166,67. Lembramos que, para o cálculo da renda per capita mensal e diária, foi utilizado o valor maior de cada faixa. Se, na realidade, a renda familiar declarada correspondesse ao valor mínimo de cada faixa definida, a situação seria diferente, ou seja, teríamos bem mais cursistas na condição de pobreza, considerando todas as formas de medição aqui utilizadas. Na Tabela 4 temos os dados relativos aos/as cursistas da UnB.

Tabela 4: Número de cursistas por renda familiar x número de moradores na residência. (continua)

Renda Familiar	UnB			
	NC*	NM*	RP*	RD*
R\$0,00 a R\$500,00	01	02	R\$250,00	R\$8,33
R\$0,00 a R\$500,00	01	03	R\$166,67	R\$5,56
R\$0,00 a R\$500,00	01	05	R\$100,00	R\$3,33
R\$501,00 a R\$1000,00	01	02	R\$500,00	R\$16,67
R\$501,00 a R\$1000,00	02	04	R\$250,00	R\$8,33
R\$501,00 a R\$1000,00	02	05	R\$200,00	R\$6,67
R\$501,00 a R\$1000,00	01	06	R\$166,67	R\$5,56
R\$1001,00 a R\$1500,00	02	03	R\$500,00	R\$16,67

Tabela 4: Número de cursistas por renda familiar x número de moradores na residência. (conclusão)

Renda Familiar	UnB			
	NC*	NM*	RP*	RD*
R\$1001,00 a R\$1500,00	02	04	R\$375,00	R\$12,50
R\$1001,00 a R\$1500,00	01	07	R\$214,29	R\$7,14
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	06	04	R\$500,00	R\$16,67
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	01	06	R\$333,33	R\$11,11
R\$1501,00 a R\$ 2000,00	02	07	R\$285,71	R\$9,52
R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00	01	06	R\$416,67	R\$13,89
R\$2501,00 a R\$ 3000,00	01	06	R\$500,00	R\$16,67
R\$2501,00 a R\$ 3000,00	01	08	R\$375,00	R\$12,50
R\$3501,00 a R\$ 4000,00	01	10	R\$400,00	R\$13,33
Total	27	--	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados do questionário.

Nota:

* NC: Número de cursistas; NM: Número de moradores; RP: Renda per capita; RD: Renda diária.

Em fevereiro de 2018, o dólar valia R\$3,24. Considerando a linha de pobreza de U\$5,5 por dia temos como correspondente R\$17,82. Nesse caso, 27 cursistas da UnB tinham renda diária abaixo desse valor. Se fosse considerada a linha de pobreza de R\$1,90, a correspondência seria R\$6,16, e teríamos 3 cursistas na situação de pobreza, 1 com renda diária de R\$3,33 e 2 com R\$5,56. Se considerarmos a renda per capita utilizada pelo PBF, teríamos 3 cursistas nessa situação, 1 com renda per capita mensal de R\$100,00 e 2 de R\$166,67. As observações feitas sobre o cálculo da renda per capita mensal e diária, no caso da UFSC valem, também, para cá.

No que tange à responsabilidade pelas despesas da casa, no caso da UFSC 64,06% declarou ser o responsável. No caso da UnB esse percentual ficou em 61,66%. Nas situações em que os/as cursistas declararam não serem os/as

responsáveis, 50%, no caso da UFSC, indicou os/as cônjuges como responsáveis. No caso da UnB esse percentual ficou em 46,15%. Os/as que indicaram que a responsabilidade era dividida com os/as cônjuges totalizaram 19,23% no caso da UFSC e 16,78% no caso da UnB. Nos dois outros percentuais que ultrapassaram 10%, temos as situações em que o pai era o responsável (11,54% no caso da UFSC) e em que a mãe era a responsável (11,89% no caso da UnB). Outras pessoas foram citadas como responsáveis, porém em percentuais abaixo de 10%.

Inserção social

No tópico inserção social buscamos verificar o nível de participação dos/das cursistas em sindicatos, entidades representativas das categorias profissionais e em conselhos, associações e campanhas.

Em relação à participação em sindicatos, 35,95% dos/as cursistas da UFSC declararam participar (32,72% como associado/a e 3,23% como dirigente). No caso da UnB, 50,67% declarou participar (49,87% como associado/a e 0,80% como dirigente). Os números, nos dois casos, são baixos, apesar de no caso da UnB ultrapassar levemente os 50%.

Já no caso de participação em entidades representativas das categorias profissionais temos que, no caso da UFSC, 26,72% participava (24,88% como associado/a e 1,84% como dirigente). Na UnB 24,40% declarou participar, todos somente como associados/as.

Em relação à participação em associação de moradores, os/as que responderam positivamente, no caso da UFSC, totalizaram 12,44% (10,60% como associado/a e 1,84% como dirigente). No caso da UnB temos que 7,77% participava (6,97% como associado/a e 0,80% como dirigente).

Os/as cursistas também foram questionados sobre a participação em Conselhos de Direito Social. Neste caso, a totalidade dos/as cursistas das duas Universidades responderam que sim. Os Conselhos colocados no questionário

como opção foram: Conselho de Educação, Conselho de Merenda Escolar, Conselho de Assistência Social, Conselhos de Saúde e Conselho da Criança e do Adolescente. Também foi colocada a opção “outros”. Vemos que 58,53% dos/as cursistas da UFSC indicaram algum deles. No caso da UnB, 43,16%.

Boa parte dos/as respondentes indicou a opção “outros”. No entanto, quando aplicamos o filtro na tabela de respostas, verificamos que muitos/as citaram os Conselhos listados nas opções anteriores ou a participação em associações, movimentos, ações sociais e mesmo informando que não participavam de nenhum Conselho. Entendemos que faltou, nesse caso, por a opção “nenhum” no questionário. De qualquer modo, outros Conselhos foram citados: Por cursistas da UFSC: Conselho Escolar; Conselho de Previdência; Conselho do Idoso; Conselho da Juventude; Conselho do FUNDEB; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Conselho Municipal de Economia Solidária; Conselho de Pastoral; Conselho Municipal de Políticas Culturais. A Associação de Pais e Professores foi citada por 23 cursistas, sendo tomada como um Conselho. Por cursistas da UnB: Conselho de Direitos dos Negros; Conselho LGBT; Conselho do Idoso; Conselho de Mulheres; Conselho Regional de Serviço Social; Comitê Gestor do PBF; Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiência; Conselho Escolar e Conselho Regional de Educação Física.

No que tange à participação em campanhas de ajuda social, 31,11% dos/as cursistas da UFSC responderam positivamente e, no caso da UnB, 29,22%. Os tipos de campanhas de ajuda social citados por cursistas da UFSC foram: Arrecadação de roupas, alimentos, brinquedos, produtos de higiene (Campanha do Agasalho, ajuda pós-catástrofes, campanhas de Natal...); Campanhas vinculadas a alguma religião; participação em campanhas de associações e ONG; projetos sociais com crianças carentes (ajuda em abrigos, aula de esportes, apoio pedagógico); campanha contra drogas; campanhas contra violências de gênero; projeto social com moradores de rua; Escoteiros; Bombeiros Voluntários; campanha contra o trabalho infantil; campanha de reciclagem na escola;

campanha contra a violência infantil; Campanha de ajuda humanitária para imigrantes e refugiados; Missão Indigenista; Movimento pela Paz; campanha de proteção aos animais; Pedágio do Amor.

Os tipos de campanhas de ajuda social citados por cursistas da UnB: Projetos relacionados a igrejas; trabalhos voluntários; apoio a instituições de caridade, associações e ONG; campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, livros, brinquedos; trabalho com idosos; Médicos sem fronteiras; ações sociais (genéricas); ações com pessoas deficientes; ações com dependentes químicos; ações em escolas e em cursinho popular; Movimento mulheres Empoderadas; Doutores da Alegria; Pintores com Pés e Mãos; Mães pela Diversidade; ações em quilombos.

Considerações finais

As considerações feitas aqui se referem aos aspectos dos perfis que mais chamaram a atenção. O primeiro diz respeito aos/as inscritos/as, especificamente no curso da UFSC, visto o baixo número de Coordenadores/as Municipais do PBF na Educação e na Assistência Social. Reiteramos que, no caso da UFSC, os/as ligados/as à Educação tiveram prioridade nas inscrições. Mesmo que os/as ligados/as à Assistência Social tivessem tido a oportunidade de se inscreverem apenas no segundo e terceiro editais lançados, o número de inscritos/as também foi baixo. Dada a realidade do curso ofertado pela UnB que, a princípio deveria abranger apenas o DF, essa situação não se configurou problemática.

O segundo aspecto que merece destaque se relaciona à identidade sexual. Os dados mostram a prevalência de cursistas do sexo feminino, o que, como vimos, corresponde aos estudos que relacionam gênero e profissão.

O terceiro aspecto diz respeito à declaração de cor ou raça. Constatamos um baixíssimo número de cursistas declarados/as pretos e pardos, principalmente no caso da UFSC. Nesse sentido, buscamos desvincular o dado do fato de a população catarinense ser constituída por maioria branca, considerando o Censo

de 2010. No caso da UnB, pretos e pardos constituíram a maioria, mas mesmo assim, o número dos/as que se declararam pretos/as foi baixo. Quanto ao número de indígenas, tivemos apenas 1 na UFSC e 2 na UnB. Reforçamos nossa compreensão de que tal fato reflete o processo de profundas assimetrias de condições de vida a que foram submetidas essas populações em relação à população branca.

O quarto aspecto se refere à formação do/as cursistas. Chamou a atenção o fato de muitos/as terem mais de uma graduação e mais ainda, os números relativos aos/as que já tinham um ou mais cursos de especialização e daqueles/as que já tinham mestrado e doutorado. Nesse sentido, entendemos que, de início, a temática foi determinante para que se inscrevessem no curso, o que demonstra que há interesse em discuti-la. Isso também pode indicar que ela não tem sido tratada no processo de formação, seja na graduação, seja nos cursos de pós-graduação. Neste sentido, temos reforçada a compreensão de que a pobreza e a desigualdade social são temas invisibilizados, o que implica na invisibilização das populações empobrecidas, principalmente no espaço escolar.

O quinto aspecto a destacar é o número de cursistas com contrato de trabalho temporário, especialmente dentre os/as da UFSC. Entendemos que essa condição é um elemento importante no que tange à precarização das condições de vida e de trabalho, bem como da educação, visto que a ampla maioria dos/as com contratos temporários era de professores/as. Essa condição pode piorar em função das contrarreformas que têm sido aprovadas no âmbito das relações trabalhistas, principalmente as relacionadas à terceirização. A Lei 13.429/17 e a aprovação, por parte do Supremo Tribunal Federal, da terceirização irrestrita são exemplos dessa possibilidade.

O sexto aspecto relaciona-se às condições de trabalho. Os dados demonstram que elas, a despeito do que se poderia esperar, foram consideradas boas ou satisfatórias pela maioria dos/as cursistas. Esse fato chama a atenção principalmente porque os/as que atuam em escolas constituem a maioria e,

como sabemos, as condições das escolas são constantemente questionadas por estudiosos/as e pela população em geral.

O sétimo aspecto diz respeito à percepção dos/as cursistas que atuavam em escolas em relação à condição socioeconômica dos alunos/as. As análises feitas possibilitam concluir que há uma subestimação da pobreza e que ela pode estar sendo tomada como miséria. Nesse sentido, podemos considerar que o fato de a pobreza estar relacionada ao PBF pode ter sido definidor da percepção dos/as cursistas, apesar do distanciamento dos valores tomados como referência pelo Programa em relação ao que vem sendo adotado pelo Banco Mundial que, por sua vez, também não é nada alentador.

O oitavo aspecto diz respeito à renda pessoal e familiar dos/as cursistas. A primeira consideração a ser feita é a grande disparidade entre a renda pessoal dos/as cursistas da UFSC e da UnB. A renda em Santa Catarina é substancialmente menor. Isso se reflete, como não poderia deixar de ser, na grande diferença em relação à renda familiar. A segunda consideração se refere ao fato de as análises feitas, demonstrarem que, dentre os/as cursistas das duas Universidades, 45 poderiam ser considerados/as pobres tomando por base a linha de pobreza de U\$5,5, adotada pelo Banco Mundial. Pior que isso, foi verificar que 4 cursistas seriam considerados/as pobres tomando como referência o que estabelece o PBF para 2018. Estamos tratando aqui de profissionais de nível superior.

O nono e último aspecto a ser destacado relaciona-se ao baixo nível de adesão dos/as cursistas a sindicatos e associações profissionais. Isso pode impactar diretamente nas lutas, historicamente necessárias, para a garantia dos direitos, mais especificamente, os relacionados ao trabalho.

Por fim, entendemos que esse tipo de estudo é fundamental para que conheçamos a realidade daqueles/as que participam de cursos de formação visto que esse conhecimento pode auxiliar no planejamento de novas ações, bem como descortinar situações que possam subsidiar as lutas necessárias para a garantia de melhores condições dentro da ordem vigente e, quiçá, para realçar

a necessidade de construção de outra ordem social radicalmente oposta a essa que possa, efetivamente, levar à emancipação humana.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 25 jun. 2018.

DUARTE. Natália de S. Uma crítica da relação entre educação e pobreza. In: YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 67-86. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31210/1/LIVRO_PoliticaEducacionalPobreza.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

GOMES, Carlos A. T; DUARTE, Marisa R. T. Os últimos serão os mais pobres? Evolução da desigualdade de infraestrutura escolar no Brasil (2007-2013). In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Formação e pesquisa no âmbito da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017, p. 243-293. Disponível em: <http://fliphtml5.com/wskm/fvcb/>. Acesso em: 26 jun. 2018.

IBGE. *Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Educação 2016/2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

INEP. *Sinopse estatísticas da Educação Básica 2015*. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 11 jul. 2018.

INEP. *Sinopse estatísticas da Educação Básica 2017*. Brasília: INEP, 2017a. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 11 jul. 2018.

INEP. *Nota Técnica Nº 10/2017/CGCQTI/DEED*. Brasília: INEP, 2017b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/rendimento_medio_docentes/rendimento_medio_docentes_2014.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

MATTEI, Lauro. A pobreza e suas interfaces multidisciplinares. In: GARCIA, Adir V. et al. (Orgs.). *Reflexões sobre a pobreza: concepções, enfrentamentos e contradições*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017, p.23-79. Disponível em: <http://fliphtml5.com/wskm/whai/>. Acesso em: 13 jul. 2018.

NOVAES, Luis C. A formação des(continuada) dos professores temporários: provisoriedade e qualidade de ensino. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 247-265, mai./ago., 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2392/2308>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PASSOS, Joana C. dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 02, p. 155-182, abr./jun., 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/04/0102-4698-edur-31-02-00155.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

REGO, Walquíria L; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REGO, Walquiria L; PINZANI, Alessandro. Pobreza e cidadania. Módulo I. *Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social*. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2016.

SANTOS, João B. S. dos. *Professores temporários da Rede Estadual de São Paulo: análise da política de pessoal da perspectiva orçamentária*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://vml029.epm.br/bitstream/handle/11600/39226/Publico-39226.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 11 jul. 2018.

YANNOULAS, Sílvia C. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368/1583>. Acesso em: 20 jun. 2018.

YANNOULAS, Sílvia C.; DUARTE, Natália de S. Conversando com as professoras de educação básica. In: YANNOULAS, Sílvia C. (Coord.). *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 215-233. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31210/1/LIVRO_PoliticaEducacionalPobreza.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

VIANNA, Cláudia P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia C. (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, 2013, p. 159-180. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.